

AS VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS E A VIOLÊNCIA BIOÉTNICA SOB O OLHAR DOS PESCADORES ARTESANAIS

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL VULNERABILITIES AND BIOETHNIC VIOLENCE UNDER THE LOOK OF ARTISAN FISHERMEN

Cesar Bernardo Ferreira¹
Cleonice Puggian²

Resumo: Este artigo apresenta um estudo qualitativo, de base etnográfica, sobre os casos de violência relatados por pescadores artesanais durante o exercício do seu trabalho na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. O objetivo foi investigar como a violência interfere no trabalho do pescador, buscando caracterizar os casos de violência. A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como “bola de neve”, iniciando com os líderes das colônias. Os instrumentos para coleta de dados foram observação participante e entrevistas semiestruturadas. Entrevistamos 20 pescadores artesanais, das Colônias Z-8, Z-9, Z-10, Z-11 e Z-12. Observações foram registradas em caderno de campo e entrevistas gravadas em áudio e transcritas. A análise dos dados ocorreu por meio de um processo de tematização. Resultados indicam que os casos de violência relatados estão fortemente relacionados ao avanço das atividades econômicas sobre os locais de pesca tradicionalmente utilizados pelos pescadores. Ocorre uma desterritorialização quando esses trabalhadores são forçados a alterar suas práticas cotidianas em virtude dos interesses do Estado e agentes do capital. Notamos a existência de uma multiterritorialidade, de configuração complexa, onde estão inseridos os pescadores e demais organizações e indivíduos que atuam na baía de Guanabara, cujas relações são marcadas por conflitos, que muitas vezes resultam na morte ou grave ferimento do pescador. Argumento que os pescadores artesanais da baía de Guanabara sofrem uma violência bioétnica, cujas consequências vão desde a aniquilação dos ecossistemas até o epistemicídio dos grupos étnicos aos quais pertencem, incluindo diversas formas de aniquilação cultural, laboral e existencial desses trabalhadores. A pesquisa indica que o avanço das atividades capitalistas e a crescente metropolização subjazem a violência bioétnica na baía, que inclui a poluição das águas, desaparecimento do pescado, modificações de hábitos, xingamentos, disparos com bala de borracha e fuzil, assassinatos, invisibilidade social, dentre outros atos contra o pescador e seu território.

Palavras-chave: Pescadores Artesanais; Baía de Guanabara; Violência Bioétnica; Conflitos.

Abstract: This paper presents a qualitative, ethnographic study on the cases of violence reported by artisanal fishermen during their work in Guanabara Bay, Rio de Janeiro. The objective was to investigate how violence interferes with fishermen's work, seeking to characterize cases of violence. The sample was built using the methodology known as “snowball”, starting with the leaders of the colonies. The instruments for data collection were participant observation and semi-structured interviews. We interviewed 20 artisanal fishermen from Z-8, Z-9, Z-10, Z-11 and Z-12 colonies. Observations were recorded in a field notebook and interviews recorded in audio and transcribed. Data analysis occurred through a thematization process. Results indicate that the reported cases of violence are strongly related to the advancement of economic activities on fishing sites traditionally used by fishermen.

¹ Doutor em Humanidades, Culturas e Artes, Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), Docente da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) cesarbiologo@hotmail.com

² Doutora em Educação (Universidade de Cambridge, Inglaterra), Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) cleopuggian@gmail.com.

Deterritorialization occurs when these workers are forced to change their daily practices because of the interests of the state and agents of capital. We note the existence of a multiterritoriality, of complex configuration, where are inserted fishermen and other organizations and individuals that operate in Guanabara Bay, whose relations are marked by conflicts, which often result in the death or serious injury of the fisherman. I argue that artisanal fishermen in Guanabara Bay experience bioethical violence, the consequences of which range from the annihilation of ecosystems to the epistemicide of the ethnic groups to which they belong, including various forms of cultural, labor and existential annihilation of these workers. Research indicates that the advancement of capitalist activities and increasing metropolization underlie the bioethnic violence in the bay, which includes water pollution, disappearance of fish, changing habits, name calling, rubber and rifle bullets, murders, social invisibility, among other acts against the fisherman and his territory.

Keywords: Artisanal fishermen; Guanabara's Bay; Bioethnic Violence; Conflicts.

1 INTRODUÇÃO

Os pescadores e coletores artesanais são povos tradicionais, que possuem uma íntima relação com o meio ambiente. Sua organização social é pautada no tradicionalismo, cujo modo de vida, baseado na dependência do que é extraído do ambiente natural, podendo esta dependência, ser considerada uma “simbiose”, entre *Homo* e mar. Esses povos caiçaras são portadores do saber e do saber fazer para a sobrevivência no ambiente natural, a que estão inseridos, pois seus estilos de vida, tradições, economia e sua cultura, dependem diretamente do delicado equilíbrio do ambiente marinho, para existir.

A baía de Guanabara é um importante espaço geográfico do Estado do Rio de Janeiro que abriga diversos ecossistemas, porém as práticas degradantes que ocorrem no seu entorno, devido à concentração populacional, resultam no derramamento de milhões de litros cúbicos de esgotos domésticos e industriais não tratados, todos os dias em suas águas.

O primeiro sinal de degradação ambiental foram os desmatamentos feitos, nas florestas ciliares à baía de Guanabara, em que eram utilizadas para diversos fins, como a produção de embarcações (baleeiras) utilizadas na caça às baleias, na forma de combustível para as olarias, e com o intuito de se extrair o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), pois era uma árvore muito cobiçada, devido a sua tinta, que era usada como matéria prima na produção de corantes de tecidos e para tinta de canetas.

O histórico de poluição da baía de Guanabara data, desde a vinda da família real e abertura dos portos para as nações amigas, em 1808, quando foram construídas fábricas, indústrias e oficinas no Brasil. Em meados do século XIX, com a chegada da máquina a vapor, logo depois da Guerra do Paraguai (1865-1874), aconteceu a impulsão da industrialização. Isto gerou construções para a captação de todo tipo de refugo industrial, que viria a ser lançado diretamente nas águas de nossa Baía (AMADOR, 1997).

O período de ocupação do entorno da baía de Guanabara nos revela o quão impactado foi este ecossistema, durante os consecutivos ciclos econômicos ao qual o Brasil passou, até chegar ao modelo urbano atual em

que empresas, indústrias e moradias, na sua maioria, lançam seus esgotos sem nenhum tratamento em suas águas (COELHO, 2007). Dentre os principais problemas ambientais de origem antrópica, que aflige esta Baía, estão o lançamento de esgotos, poluição industrial, poluição por óleo, lixo, desmatamento e aterros.

A localização estratégica da baía da Guanabara, a transformou em uma das regiões mais desenvolvidas do Brasil, tornando este ecossistema um dos ambientes estuarinos mais impactados do país, com grande ocupação urbana, com casas ribeirinhas e pescadores às margens das praias, de onde são lançados todo tipo de efluentes domésticos através de emissários submarinos, ou diretamente em suas praias (QUARESMA et al., 2000; MENICONI, 2007).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Este artigo é um desdobramento da Tese de doutorado intitulado “Pescadores Artesanais e Violência na Baía de Guanabara”, que foi defendida no âmbito do Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes, da Universidade do Grande Rio. Tratou-se de um estudo qualitativo, de inspiração etnográfica, cujos sujeitos foram 20 pescadores e pescadoras artesanais pertencentes à cinco colônias de pesca da baía de Guanabara: Z-8 (Niterói e São Gonçalo), Z-9 (Magé e Guapimirim), Z-10 (Ilha do Governador), Z-11 (Bonsucesso, Ramos, Ilha do Fundão – situados no município do Rio de Janeiro) e a Colônia Z-12 (Caju, Centro, Urca – Rio de Janeiro).

Os dados foram coletados por meio de observações e entrevistas etnográficas, com roteiro semiestruturado, ao longo do ano de 2017. Foram adotados dois roteiros de entrevista: um para os líderes comunitários e um para os pescadores indicados (mínimo dois em cada colônia). O roteiro se estruturou a partir de três eixos: o primeiro dedicado à história de vida do pescador, que é a caracterização individual do sujeito, sua experiência como pescador, detalhes familiares, vantagens e desvantagens de ser pescador artesanal na baía de Guanabara; o segundo abordou o trabalho na pesca artesanal da baía de Guanabara; e o terceiro eixo relacionou-se aos conflitos ambientais e à violência envolvendo os pescadores, explorando os maiores

problemas que o pescador enfrenta na realização do seu trabalho, medos, confrontos com a indústria petroquímica e tipos de violência já sofridas.

Todos os colaboradores alfabetizados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual foram apresentadas as condições de participação voluntária na pesquisa e anonimato. Para os analfabetos apresentamos verbalmente todo o processo da pesquisa, solicitando aprovação oral, que foi gravada em áudio. As análises foram conduzidas por meio de um processo de tematização, que apoiaram a construção de argumentos explicativos.

2.2 A Caracterização dos Pesquisadores Entrevistados

A pesquisa teve como sujeitos 20 pescadores artesanais pertencentes às 5 colônias de pescadores artesanais da baía de Guanabara. As entrevistas aconteceram nas próprias colônias de pescadores entre os períodos compreendidos entre os meses de outubro de 2017, quando o projeto foi aprovado pelo comitê de ética, a dezembro de 2017.

A amostra foi construída por meio da metodologia conhecida como “bola de neve”. Esta forma de amostragem consiste na identificação pelo pesquisador de um ou mais colaboradores que possam ser entrevistados primeiro e que, por sua vez, indiquem outros para participar (BAILEY, 1982; BERNARD, 1995; BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Após a coleta dos dados, entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018, dediquei-me à transcrição das entrevistas e à análise dos dados. Li e reli todas as transcrições, identificando as categorias emergentes, as quais encontram-se no quadro abaixo:

Quadro 1 - Categorias emergentes do processo preliminar de análise.

Agentes da violência citados pelos pescadores	Tipos de violência
Militares aquartelados da Marinha do Brasil	Disparos de arma de fogo, insultos, cárcere privado, mutilações, balas de borracha
Agentes ligados a indústrias do petróleo e petroquímica (portos e estaleiros)	Desterritorialização, Degradação, Segurança patrimonial, prejuízos financeiros, o acidente de 2000, COMPERJ e resistências
Membros do tráfico de entorpecentes	Tortura, sequestro, desterritorialização, ameaças de morte
Milicianos	Disputas territoriais, violência física, ameaças, cobrança de taxas
Funcionários e organizações do Estado	Corrupção, compra de votos, excesso de burocracia, omissão de deveres

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, iniciei as entrevistas pelos líderes comunitários das cinco colônias de pescadores da baía de Guanabara, que indicaram pescadores colaboradores da pesquisa. A idade dos colaboradores variou entre 42 e 74 anos, assim como, o tempo de profissão como pescador, variou entre 17 e 62 anos de atividade.

2.3 As Vulnerabilidades Socioambientais e a Violência Bioétnica: os relatos dos pescadores artesanais

2.3.1 A Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil é a força federal que ordena as normas do tráfego de embarcações em meios aquaviários fluviais e marinhos em todo o território nacional. Ela define inúmeras regras de navegação, tanto para as embarcações militares, quanto para as civis. Essas regras são pormenorizadas nas Normas de Autoridade Marítima (NORMAM) que foram criadas para a normatização da navegação e fundeio de embarcações de esporte e recreio, civis e militares, devendo ser respeitadas em todo meio aquaviário.

As NORMAMs se aplicam na baía de Guanabara por conta dos inúmeros aquartelamentos militares existentes nesse território, os quais são locais onde há armas de guerra, munições e explosivos capazes de causar grande estrago e que são armazenados nesses quartéis.

As Normas empregadas para a salvaguarda desses quartéis servem para demandar fronteiras à aproximação de qualquer embarcação, não só nas áreas militares, como também, aos navios da indústria do petróleo e petroquímica e suas plataformas, portos e aeroportos.

Porém, os espaços ocupados pela Marinha, são também ambicionados pelos pescadores artesanais, pois são territórios protegidos, onde há perspectiva de uma pescaria abundante, pois os peixes de maior valor comercial, encontram-se nos locais demarcados pelas NORMAMs.

Os pescadores artesanais ao adentrarem a esses limites territoriais estão sujeitos à inúmeras consequências, como prisão, ferimentos por arma de fogo, por bala de borracha, prejuízos financeiros, pois, é o que nos revela os pescadores entrevistados:

(Pescador Antônio) Há pouco tempo um oficial da Ilha das Enxadas da CIAW³ atirou na barriga de um pescador... Com munição letal, de fuzil... Ano retrasado teve um pescador que foi baleado na mão, também pela CIAW... Essa é a realidade do pescador.

Além dos danos físicos, como os ferimentos provocados pelas armas de guerra, há ainda o prejuízo financeiro, pois muitas vezes os militares atiram com a intenção de parar as embarcações dos pescadores, alvejando-as com seus fuzis.

(Pescador Marcos) Ali no Matoso, na Ilha do Governador, eles dão tiro em cima, temos pescadores aqui da colônia que tomaram tiro no braço, que teve a embarcação toda furada no tiro, nós temos pescadores mortos, com tiros do pessoal do Matoso⁴... Ali é outra área de terrorismo...

(Pescador Ramiro) Em setembro de 2010, meu barco foi “arregaçado” de tiros.

A demarcação do território dos pescadores artesanais se deve ao aumento das zonas de segurança da Marinha nos quais o pescador abaixo complementa que, além da necessidade se arriscar para conseguir sustentar

³ O CIAW fica dentro do complexo militar localizado na Ilha das Enxadas.

⁴ A ponta do Matoso, localiza-se no extremo sul da ilha do Governador, é um local de interesse da segurança nacional, devido ao acondicionamento de inúmeros tanques de estocagem de derivados de petróleo, pela indústria petroquímica que atua na região da baía de Guanabara. O local também se localiza a Base de Combustíveis Líquidos da Marinha do Brasil (MONTEIRO, 2005).

sua família, o pescador, segundo ele, é “abusado”, inclusive citando o seu próprio caso, que resultou na amputação de sua perna.

(Pescador Luciano) Aqui dentro da baía eu já pesquei em todos os lugares, mas é aquilo que eu estava te falando, o pescador em si, ele é abusado, porque ele sabe que não pode passar ali e ele vai e passa! Por que hoje eu só tenho uma perna? Justamente por causa disso!

De acordo com o relato dos pescadores, vimos que o uso de munições não letais, como as balas de borracha, pela Marinha, em detrimento aqueles que adentram aos limites territoriais, é um tipo de força desproporcional para com os pescadores, pois esse tipo de armamento, pode mutilar ou matar uma pessoa, dependendo da parte do corpo atingida.

(Pescador Antônio) Tem um pescador aqui, o Bento, ele tomou um tiro que rasgou ele todo. O Edivando está cheio de hematomas com tiros de borracha, lá do Boqueirão... O pescador não pode se aproximar da boia, se se aproximar, eles estão atirando. Antes eles atiravam com fuzis, mas hoje eles estão atirando com bala de borracha... Menos mal... Mas antes eles atiravam de fuzis.

Muitos são os relatos de pescadores mutilados em virtude dos disparos de arma de fogo na região comandada pela Marinha. Tais ferimentos são, em sua maioria, decorrentes dos disparos das armas dos militares cujas consequências podem ser catastróficas na vida desses povos tradicionais, conforme o relato do pescador abaixo:

(Pescador Luciano) O cara despencou um tiro lá de dentro do Boqueirão [...] nós éramos nove pescadores e só veio a atingir a mim. Foi o soldado da Marinha. Tiro de fuzil. Isso foi em 1991... Bum! Capotei! [...] Aí o bombeiro falou: Mas a sua perna está pendurada [...] não consegui me recuperar, porque o tiro de fuzil, quando não mata, tira um pedaço do corpo, cara! A verdade é essa! O tiro pegou aqui, olha, está vendo? Tive que tirar uma veia da outra perna para tentar salvar a perna baleada. Fiquei quatorze dias com a perna, os médicos tentando salvar ela, mas o troço foi feio... Mas isso aí já está passado.

A seguir falaremos sobre a categoria emergente inerente a Indústria Petroquímica.

2.3.2 A Indústria Petroquímica

Os relatos dos pescadores entrevistados indicaram que a indústria de petróleo e petroquímica, com presença ostensiva na baía de Guanabara,

produz inúmeras formas de violência contra os pescadores artesanais, com destaque a ocupação do território de pesca, gerando uma crescente desterritorialização, a degradação ambiental e a expansão das atividades industriais com impacto em áreas protegidas e territórios pesqueiros, como é o caso do COMPERJ, assim como as ameaças, atentados e assassinatos (RIGOTTO et al, 2018).

A violência dos processos de desterritorialização é intensificada pela degradação ambiental causada pelas indústrias de petróleo e petroquímica. Durante o estudo os pescadores artesanais destacaram diferentes tipos de degradação, com ênfase ao desastre ambiental ocorrido no 2000. Segundo os pescadores, o acidente de 18 de janeiro de 2000 piorou muito as condições para a pesca na baía de Guanabara. Houve um derramamento de 5,8 toneladas de petróleo, que atingiu um raio de 40 quilômetros na baía de Guanabara, contaminando praias, manguezais, estuários, costões rochosos, assim como toda a fauna e flora da região. O acidente aconteceu por uma falha no oleoduto PE-II, impactando grande parte da vida marinha da baía de Guanabara, incluindo as praias, manguezais, ilhas, costões e estuários.

(Pescador Ramiro) Com relação ao vazamento de óleo da Petrobras no ano de 2000, esse evento causou um impacto tremendo para a gente aqui. Existe uma controvérsia, pois a empresa alega que vazou um milhão de litros de petróleo cru, já os órgãos ambientais dizem que foi o dobro, três milhões de litros, que atingiram os manguezais e praias. Na nossa praia, na região de Mauá, estávamos comentando isso até poucos dias, nós fazemos uma “cava”, com a mão mesmo, com a finalidade de catar o camarão de areia e alguns peixinhos que sobrevivem nesse local, mesmo na maré “seca” pois sobrevivem graças ao bolsão de água formado. Usamos esses animais como isca. Hoje, não se encontra mais animal algum.

Segundo os relatos dos pescadores, o óleo cru, oriundo do vazamento da Petrobras, impregnou até mesmo seus petrechos de pesca, como redes, embarcações e currais de criação e captura de pescado. Dizem que ainda há óleo nas camadas mais profundas das praias de Magé, Niterói e Ilha do Governador. Segundo um dos pescadores entrevistados, era tanto óleo que eles pensaram que tivesse ocorrido algum naufrágio, inclusive com possíveis vítimas.

(Pescador Ramiro) Foi um pescador da colônia de pescadores Z-10, da Freguesia, que viu uma grande mancha de óleo no local em que ele estava pescando, que ao levantar a sua rede, havia uma grande “massa de grude”, inclusive tendo sujado o seu barco. [...] Os bombeiros procederam ao local e perceberam que não se tratava de um naufrágio, mas sim, de um grande vazamento de petróleo. Nesse momento, já estava amanhecendo e eu acabara de sair de casa para ir buscar minha rede de espera, que estava em um local próximo do ocorrido, quando me deparei com uma imensa mancha de óleo no mar, uma coisa absurda, o mar virou negro, as ondas não eram formadas por água, mas sim, por óleo.

Ainda, segundo os relatos, os efeitos do acidente de 2000 são sentidos até os dias de hoje. Segundo os pescadores, o óleo cru derramado no acidente ainda se faz presente em alguns pontos da baía, impossibilitando a recuperação dos ecossistemas nos quais os peixes, invertebrados e moluscos, se reproduzem. Podemos perceber na narrativa dos pescadores uma grande tristeza pelos danos à baía, assim como indignação com o descaso da Petrobras, responsável pelo desastre.

(Pescador Francisco) Nós já temos a dificuldade do vazamento de óleo da Petrobras... E até hoje isso reflete na pesca. Eles dizem que está limpa, o IBAMA diz... De 2000 para cá, teve uma deterioração enorme aqui, uma dificuldade por causa dessa poluição.

(Pescador José) A indústria petroquímica despeja muita química na água por debaixo dos panos. Tem muitos barcos aí que lavam o tanque do navio e jogam dentro d'água... Esse derramamento da Petrobras que tem dezessete anos, que foi em 2000, agora que começou a dar um camarãozinho. Acabaram com tudo, o óleo acabou com tudo e eles não querem saber, entendeu? Nós não temos mais recursos nenhum, não temos mais direito a nada...

Os pescadores expressam frustração com a omissão da Petrobras, uma vez que os responsáveis pelo desastre não foram punidos, os pescadores não foram devidamente indenizados e nem souberam de ações efetivas para mitigar os danos do desastre na região.

(Pescador Antônio) O derramamento de óleo dos anos 2000, pela Petrobras no berçário do peixe, no berçário da desova, que foi na região de Mauá afetou toda a baía de Guanabara! Eles falam que afetou só a região de Mauá, não! Afetou toda a baía de Guanabara, porque, a corvina, piraúna, pescadinha, bagre, robalo, camarão, todo peixe entra na boca da barra, eles têm a época de entrar e desovar no raso, o peixe não desova no fundo. Então eles vão lá, desovam lá, está certo? E foi lá que foi o derramamento do óleo bruto da Petrobras, que o pescador botou em questão e até hoje, o pescador não foi contemplado.

Há pescadores que dizem conhecer pessoas que desenvolveram enfermidades por travarem contato com o petróleo derramado na água em 2000. Percebemos que os pescadores sentem medo de adoecer em virtude da poluição da água por compostos químicos.

(Pescador Paulo) Aqui saúde para pescador é difícil! Ele tem que dar mão à palmatória e dizer assim: Vou com Deus e vou voltar com Deus! Se eu for depender de hospital para resolver isso, pode ficar descansado que não vai resolver, não! Até hoje eu não consigo respirar direito devido ao cheiro do óleo que ajudei a limpar da praia... Tenho medo de cair de cama e não poder trabalhar mais... Se eu me encostar, morro de fome!

Em tom quase dramático, o pescador Figueiredo relata sua experiência com os problemas de saúde dos pescadores impactados pelo acidente de 2000. Fala também dos danos causados à avifauna da região, citando as aves marinhas impregnadas de óleo e o esforço que faziam para tentar mitigar a situação.

(Pescador Figueiredo) Eu vejo muitos pescadores com câncer de pele, tem até o nosso amigo aqui com câncer, né? Depois do vazamento do óleo de 2000 da Petrobras, aparecerem muitos pescadores, depois desse vazamento. O óleo veio até aqui na beira da praia, os patos (biguás⁵) ficaram todos pretos e a gente fazia limpeza na beira da praia e, nosso medo sempre foi esse, nós trabalhamos nesse óleo, para limpar e ficamos muito tempo em contato com ele...

Em se tratando da responsabilidade civil sobre o crime ambiental, os pescadores acreditam que devido ao grande poder econômico, assim como à elevada influência política da multinacional, os julgamentos são sempre favoráveis à ré (Petrobras), haja vista que os pescadores artesanais não gozam do mesmo prestígio daqueles que detêm o poder econômico, equivalente ao seu poder de interferência no âmbito ambiental e social, influenciando, inclusive, as decisões judiciais, conforme nos relatam alguns pescadores.

⁵ O biguá é uma ave aquática de plumagem escura, muito comum na baía de Guanabara, cujo nome científico é *Phalacrocorax brasilianus*. A ave foi símbolo da catástrofe ambiental da baía de Guanabara, por conta do acidente de 2000, devido a uma foto que rodou o mundo, tirada pelo repórter Domingos Peixoto do jornal O Globo, na qual uma ave foi flagrada em agonia numa praia em Magé, por estar impregnada de petróleo.

Jornal o Globo de 20 de janeiro de 2000: Crime ambiental na Baía de Guanabara. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/crime-ambiental-na-baiacutea-de-guanabara-8876713>. Acesso em: 06 ago. 2018.

Após dez anos da ação civil movida contra a Petrobras, o crime foi prescrito e a petroquímica não foi punida, nem tampouco houve indenização em favor dos pescadores atingidos.

A seguir falaremos sobre os problemas ocasionados devido a intensificação e expansão do tráfico de entorpecentes na região da baía de Guanabara.

2.3.3 Membros do tráfico de entorpecentes

As colônias de pescadores da baía de Guanabara, localizam-se em áreas com predominância da ação de traficantes de drogas ou de milicianos. Posso citar aqui a colônia de pescadores Z-12 no bairro do Caju, que devido aos problemas de segurança pública, por ser área de domínio do tráfico de drogas, (Pescador Francisco) “Aqui não nós não temos esses problemas não... Agora eles lá sim, eles na Maré⁶... O tráfico lá está muito difícil, no Caju nem tem mais a Colônia...” não visitei a colônia, tendo entrevistado os pescadores colaboradores desta pesquisa, no interior da colônia Z-10, devido a sua localização ser em um local com menor influência do narcotráfico.

O desenvolvimento industrial e a especulação imobiliária estão escrupulosamente conectados ao desenvolvimento dos espaços urbanos (FIGUEIREDO, 2013) ao longo da baía de Guanabara, sobre os espaços ocupados pelos pescadores artesanais. Esses territórios, onde outrora pertenciam a esses povos tradicionais, rendem-se ao processo de privatizações impostas pelo Estado, alterando as tradições desses homens e mulheres, devido ao surgimento de grandes populações urbanas, que influenciam nas mudanças comportamentais, próprias das grandes cidades.

Sobre a necessidade de convivência com os traficantes de drogas, por conta de suas andanças nas águas da baía de Guanabara em busca do pescado, devido aos conflitos transfronteiriços entre as facções existentes na região, o pescador abaixo diz:

⁶ A favela da Maré se localiza às margens da baía de Guanabara, entre importantes vias expressas da cidade como a Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela. O bairro foi criado em janeiro de 1994, com alterações nos limites dos bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e Manginhos.

(Pescador Marcos) Aí nós corremos risco, o perigo mora aí, se bater pé firme com uma pessoa dessas nós corremos risco, pois pode ser uma pessoa envolvida... Que a maioria delas são e as vezes a gente tem que engolir sapo! Uns são de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas... Ou é envolvido com político ou é envolvido com tráfico... meu maior perigo é esse, eles falam: “se tu for lá na comunidade, tu não sai!” É assim... Então nós vivemos assim, de um lado... Do outro lado... Estamos no meio da história.

Os pescadores também relatam casos de extrema violência e crueldade impostos pelos traficantes de drogas que atuam nos territórios deflagrados. O pescador abaixo nos relata que, no cenário arquitetônico das colônias de pescadores, cuja realidade é de privação de direitos e exclusão social, existe também um “tribunal” formado pelos narcotraficantes que agem totalmente à margem da lei, conforme é elucidado abaixo:

(Pescador Marcos) Temos um pescador aqui da colônia que foi estuprado com uma garrafa de cerveja... Estuprado com uma garrafa... O Nome dele é Fulano, mora em São Gonçalo, ele foi estuprado naquela área de Tubiacanga. Enfiaram uma garrafa dentro do rapaz e ainda quebraram a garrafa com a pistola... Quebraram a garrafa toda dentro do rapaz... Ele ficou com aquela garrafa quebrada dentro dos ânus... Uma lancha encostou na embarcação dele, com uns caras, e fizeram isso, mandaram ele tirar a calça e meteram a garrafa nele... Isso eu vivi... E ele está vivo até hoje... E todo mundo sabe disso... Ele é afiliado aqui a colônia Z-8.

Há também declarações que afirmam existirem casos de pescadores que abandonam a profissão tradicional por conta da sedução financeira existente no tráfico de drogas, pois, eles abandonam a profissão para se aliarem aos traficantes, em busca de uma melhor qualidade de vida.

(Pescador João) Existem pescadores que se envolvem com tráfico de drogas. Em todo lugar em toda profissão tem, eu conheci diversos, teve um que era pescador e virou traficante e chefe da boca de fumo da Providência. Ele era português, falava bem, se comportava bem, não bebia, não fumava, até refrigerante era difícil ele tomar. Bebia água mineral, cafezinho. O que leva essa pessoa a isso? Era meu amigo. Nem com arma andava. Era uma época no morro que você podia subir e descer sem problemas.

Alguns pescadores nos revelam que existem muitos casos de pescadores usuários de drogas nas colônias. Percebemos também uma certa tristeza na fala do pescador artesanal entrevistado, quando ele fala sobre os motivos que levam os pescadores a se consumirem tais substâncias.

(Pescador João) Sabemos que o pescador usa drogas, também. Aqui no RJ e em outros estados todos os pescadores fumam maconha e dizem que é para espantar os mosquitos (risos). Aqui o pescador artesanal é pouco, mas os pescadores de traineira 90% usam drogas. Essa vida de comunidade carente... Você vai se aliciando e quando vê está usando. A capitania está dando dura direto em cima deles e eu aviso: não dizem que não foram avisados. Na verdade, o pescador usa drogas porque quer esquecer das tristezas...

Na próxima sessão abordaremos os problemas causados aos pescadores artesanais, pela ação dos grupos paramilitares que se auto intitulam de milicianos.

2.3.4 Ação de Milicianos

A região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro retrata uns dos maiores índices de violência do Brasil, como os números de assassinatos por conta de intervenção policial, envolvendo o tráfico de entorpecentes e as milícias. De acordo com Waiselfisz (2008) o Rio de Janeiro é o estado líder em mortes por armas de fogo em todo o país. São inúmeros casos de execuções e de tortura praticados por grupos paramilitares contra a população e, os pescadores artesanais não estão excluídos dessas estatísticas. Esses grupos são formados por grupos fortemente armados organizados basicamente por agentes do Estado, da ativa e da reserva, cuja finalidade é oferecer uma falsa sensação de segurança aos moradores, uma vez que, através de cobrança de vantagem financeira, expulsa os traficantes dos territórios onde atuam.

Desde a década dos anos 1990, que as milícias vêm conquistando espaço entre as comunidades mais carentes do estado. Elas crescem e ganham força a partir de convicções política que justificam suas ações como impreteríveis para conter o tráfico de entorpecentes e, assim, fornecer “segurança” aos espaços ocupados.

Todavia, a expansão do território das milícias adentra aos espaços antes ocupados pelos pescadores artesanais que, ou se adaptam às imposições e regras desses grupos, ou são forçados a abandonar suas casas e se mudarem. O pescador abaixo nos conta que os milicianos também exploram a pesca artesanal na baía de Guanabara com o uso de currais⁷.

⁷ Curral é um tipo de pescaria artesanal feita com o uso de armadilhas, que aprisiona o peixe que não consegue sair depois que chega ao seu interior. A armadilha é construída no solo

(Pescador Fernando) Já houve fatos anteriores com relação a tiro de arma de fogo... Pescador levar tiro... Tinha um grupo aqui na baía de Guanabara, na área de São Gonçalo, que tinham um monte de currais de peixes, aqui dentro... Tinha um grupo que fazia o serviço nos currais... Aí eles davam tiro em pescador... Em todo mundo... Então tem uns pescadores aqui da colônia, que inclusive, um deles, levou um tiro na boca... Esse eu também conheço... Na minha época... Tiro que os pescadores tomavam... Tinha que cortar a rede e fugir... A rede sumia... O pescador toma tiro e abandona a rede... Tem que abandonar, vai ficar lá?

Vimos também que os pescadores artesanais perdem constantemente o seu território, não só de pesca e trabalho, mas também, de moradia, pois as milícias adentram aos espaços e se apropriam através da força, até mesmo das formas de comércio existentes no local. Portanto há uma postura de resistência adotada pelos pescadores, que se justifica pela mudança de comportamento imposta e esses povos, devido à violência e ao medo, acarretando mudanças na arquitetura natural da baía, interferindo no cotidiano do seu local de trabalho (CALDEIRA, 2000).

O pescador a seguir nos conta a estratégia que fez para se tornar presidente da colônia de pescadores, após resistir contra a ação das milícias que atuam na região.

(Pescador Fernando) Então, eu mais alguns pescadores, nos unimos para retomar a colônia das mãos dos milicianos, então montamos uma chapa para concorrer contra o presidente da colônia. Não podíamos brigar contra a milícia, mas sim, contra o presidente da colônia. Fomos em cima dele, pois a nossa área aqui, tinha 7000m², hoje só tem dois mil e uns quebrados, pois o antigo presidente vendeu parte da colônia, a prefeitura pegou uma parte... Mas aí eu perdi a primeira eleição, por que ele fraudou as eleições, perdi por 30 votos... Mas eu não parei o trabalho em favor do pescador, aí quer dizer, eu estava numa federação a FAPESCA⁸, foi quando apareceu uma prova contra eles, pois o estatuto só permite que pescadores com as mensalidades em dia que podem votar, ele criou um monte de talões de notas, de pagamento... Só que ele ficou com o dinheiro das mensalidades e só colocou no papel... E eu tive acesso a isso. Aí começou a briga e nós destruímos eles.

A imposição de força sobre as comunidades tradicionais, além da opressão do direito de ir e vir são características dos grupos armados que

marinho e é feita sempre em regiões de mar calmo e baixa declividade, como é o caso da baía de Guanabara.

⁸ FAPESCA: Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro.

formam as milícias na região da baía de Guanabara, inclusive, com a exploração dos recursos naturais existentes. No entanto, esse grau de violação dos direitos básicos da pessoa humana e ao ambiente natural, acontece de forma institucionalizada, fazendo com que os pescadores artesanais, apenas de perigoso, faz com que os pescadores adotem posturas de resistência frente aos desmandos dessas milícias, conforme nos conta o pescador abaixo:

(Pescador Márcio) Eu, dentro do mercado do peixe, eu conheço tudo. Fui presidente da Colônia de pesca de Ramos a Z-11. Eu era de lá e vim assumir a associação de pescadores dos Bancários... Começamos a trabalhar muito, deixamos a colônia bonita! Depois vim para a Z-10 pois a milícia tomou a colônia de Ramos, e eu não vou ser presidente de miliciano.

A concepção de violência contra os pescadores artesanais na baía de Guanabara vai além de crimes ambientais e patrimoniais e violência com arma de fogo. A indústria do petróleo, fortemente atuante na região, possui seguranças patrimoniais armados, sendo que, muitos deles, agem descaracterizados, através de grupos de milicianos que, através da disseminação do medo e do pavor, expulsam os pescadores de suas comunidades e locais de trabalho.

(Pescador Ramiro) Esses homens que são da segurança da indústria petroquímica pertencem à marinha e a empresas de segurança privada. Eles ficam descaracterizados, dentro das embarcações ou dos rebocadores. Alguns ficam patrulhando a área em lanchas descaracterizadas. Nós não sabemos quando nem de onde eles vão nos atacar. Eles atiram e ninguém os identifica! Eles não usam uniforme, que possa os identificar. [...] O delegado disse em entrevista que a REDUC⁹ se prevalece de uma “milícia própria” para afugentar opositores. Se a REDUC faz isso, imagine os terminais da Petrobras que estão lá fora!

A seguir falaremos acerca dos casos de violência cometidos contra os pescadores artesanais pelo Estado e seus representantes legais.

2.3.5 Funcionários e organizações do Estado

⁹ A REDUC – Refinaria de Duque de Caxias, pertence ao sistema Petrobras, tendo sido inaugurada, em 1961, com apenas seis unidades, além da casa de força. Localiza-se na Rodovia Washington Luís, km 113,7, no distrito de Campos Elísios em Duque de Caxias.

Os conflitos territoriais presentes na baía, perpassam até mesmo as esferas dialógicas junto ao Estado. Os pescadores artesanais relatam que até mesmo o Estado lhes imputa situações de violência, além de mandos e desmandos. O Estado, que por si só, deveria conferir, não só aos pescadores artesanais, como a toda a população, um serviço qualitativo, através de suas inspeções e fiscalizações que, segundo os pescadores, parecem “não enxergar” os verdadeiros criminosos que destroem a natureza na região, conforme nos conta o pescador a seguir:

(Pescador Roberval) O pescador vive um terrorismo no mar muito grande! Quando a fiscalização sai, ela vai prender logo o pescador. Eles saem para prender o pescador... Principalmente o IBAMA, ICMBIO, né? hoje tem uma porção de jet-ski dos órgãos federais patrulhando a baía de Guanabara para prender o pescador, levando o pescador para delegacia... O outro que destrói o meio ambiente está protegido por eles. Eles têm segurança, o poluidor... E o pescador que vive daquilo ali, está sendo escoraçado, está sendo preso, né? Tem que pagar multas altíssimas para o IBAMA, então ele, o pescador, é o bobo da corte!

O discurso quase consensual dos pescadores entrevistados aponta a corrupção como sendo um dos responsáveis pelos impedimentos à despoluição da baía de Guanabara. Pude notar, logo no início das entrevistas, que os pescadores percebem a corrupção por conta dos órgãos de fiscalização, conforme diz o pescador a seguir:

(Pescador Antônio) Teve uma vez, que eu trabalhei no Baía Limpa¹⁰ lá atrás da Ilha do Fundão, afundei até a cintura de lixo! Ele está debaixo das gigogas. Trabalhamos ali mais um mês, só retirando lixo reciclável. Até isso eles tiraram da gente, tiraram esse projeto que ajudava muito o pescador... Por que fizeram isso? Corrupção! Desviaram mais de seis milhões de reais... Depois nós descobrimos... Eu recebia o pagamento assim: Recebia um cheque e assinava uma folha, eu tinha que arrumar um parceiro de trabalho, quem tinha que pagar o parceiro de trabalho era eu. Eu recebia o pagamento e tinha que dividir com meu parceiro de trabalho. Só que o meu parceiro era obrigado a assinar a uma outra folha deles, ou seja, eu tinha que dividir meu pagamento com o meu companheiro e eles ficavam com o dinheiro do meu companheiro, ficava para eles... Aí, quem roubou? O

¹⁰ O Projeto Baía Limpa, foi uma iniciativa da Federação de Pesca do Estado do Rio de Janeiro e foi financiado pela Petrobras como uma forma de compensar os danos ambientais causados pelo processo de industrialização da estatal. O projeto atuou no monitoramento de material sólido na baía de Guanabara em três áreas, São Gonçalo, Magé e Rio de Janeiro (Ilha do Governador e Ramos) entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2010 e contou com a participação dos pescadores artesanais das colônias Z-8, Z-9, Z-10 e Z-11.

pescador? Dava para garantir o salário do mês... E eles roubaram isso da gente... Isso me dói...

Vimos que os pescadores artesanais, por conta da presença de inúmeras áreas de exclusão pesqueira e a constante degradação ambiental, além da desterritorialização, eles são obrigados a alterar o seu modo de vida, devido aos fortes impactos na economia daqueles que vivem do modo de vida sustentável. Essa situação de vulnerabilidade, configura-se em uma tendência de desestabilização do número de pescadores artesanais, pois, historicamente a pesca artesanal vem perdendo território na região da baía de Guanabara, devido ao descaso do Estado, que impacta diretamente na vida cotidiana econômica e social dos trabalhadores do mar, gerando condições desiguais e negativas entre os componentes dessas colônias (ACSELRAD, 2009).

Percebemos também, que as milícias estão infiltradas em diversos segmentos sociais, além das comunidades, sejam eles estatais ou privatizados, conforme o pescador a seguir nos conta:

(Pescador Negrete) Aqui dentro da baía eles dão tiro em cima da gente! Eu sei que ali é área de segurança nacional, sei que é errado pescar ali, claro! Mas a gente é pescador artesanal, estamos em barcos pequenos, vivemos disso... Aí, tem aquelas traineiras¹¹ enormes que entram na área de segurança nacional e ninguém fala nada! Os caras das traineiras chegam lá e molham as mãos dos caras, e aí? Corrupção! Aí você vê aqui as traineiras passando aqui, abarrotadas de corvina, vindo de dentro do boqueirão e ninguém fala nada! Por que eles podem pescar dentro do boqueirão e o pescador artesanal não pode? Eu te digo, é por que o cara da traineira já deixou um dinheiro lá, já foi lá, já fez a pescaria e agora está indo embora! Mas, se eu for lá falar, eles me matam!

Rosa e Mattos (2010), nos elucidam que a diminuição do pescado na baía de Guanabara, está intrinsecamente relacionada à degradação dos ecossistemas, fato que força os pescadores a irem cada vez mais longe para conseguir o sustento de cada dia. Segundo os pescadores, o acidente de 18 de janeiro de 2000 piorou muito as condições para a pesca na região. Houve um derramamento de 5,8 toneladas de petróleo, que atingiu um raio de 40 quilômetros na baía de Guanabara, contaminando praias, manguezais,

¹¹ Traineira é um barco que tem essa denominação em função da rede ou "traina", que é uma rede que se usa para a pesca em geral. A pesca de traineira é realizada em mar aberto distante da costa por barcos a motor. Geralmente são barcos que não podem pescar dentro de baías, como a de Guanabara por conta de seu grande tamanho.

estuários, costões rochosos, assim como toda a fauna e flora da região. O acidente aconteceu por uma falha no oleoduto PE-II, impactando grande parte da vida marinha da baía de Guanabara, incluindo as praias, manguezais, ilhas, costões e estuários.

Segundo os pescadores entrevistados, o óleo cru, oriundo do vazamento da Petrobras, impregnou até mesmo seus petrechos de pesca, como redes, embarcações e currais de criação e captura de pescado. Dizem que ainda há óleo nas camadas mais profundas das praias de Magé, Niterói e Ilha do Governador.

Existe ainda uma ação na justiça por parte dos pescadores que pedem uma compensação indenizatória da Petrobras, sendo que nada foi pago.

(Pescador Bartolomeu) A justiça, ela é muito... Aliada, muito aliada, as empresas como a Petrobras por exemplo, nós temos um processo aqui, que está desde o ano 2000 correndo... né? Esse processo foi julgado em primeira instância favorável para nós, pescadores. A Petrobrás recorreu de tudo quanto foi lado e na segunda instância, perdemos. Eu percebo que a primeira instância julga, mas quando se vai para a segunda... Ali se perde... porque pelo que nós estamos acompanhando, aquilo ali é a compra, as empresas compram as sentenças, pois esses nossos desembargadores não têm escrúpulos! São formados! [...] A nossa justiça é de quem dá mais. Então as empresas compram a sentença que querem, você vê os pescadores tinham dez anos de ganhos aí, depois de 14 anos, jogaram para 45 dias... e os advogados foram lá (fórum) para pegar esse dinheiro para dividir com os pescadores, que era uma mixaria, e ainda bloquearam também...

Os pescadores possuem uma história de sobrevivência no mundo capitalista que é independente da precariedade das condições do ambiente. Segundo Rosa et al. (2014) os pescadores artesanais da baía de Guanabara pertencem a uma classe de trabalhadores que possuem dificuldades em manter alguns direitos assegurados, como o defeso¹², por exemplo.

Os pescadores relatam acerca da burocracia para se obter o benefício do seguro defeso, devido ao preconceito por parte do Estado, que impõe regras complicadas e excesso de procedimentos administrativos quando esses trabalhadores vão solicitar seus direitos trabalhistas.

¹² O defeso é a medida de ordenamento descrita pelo art. 2º, inciso XIX da Lei nº 11.959/2009 (BRASIL, 2009b) e Lei nº 10.779, 25 de novembro de 2003, que é cessão temporária da atividade pesqueira, visando a preservação de determinada espécie, que esteja tanto em período reprodutivo, quanto em recrutamento.

(Pescador Santos) Estão querendo cortar o seguro defeso do pescador... É um massacre contra o pescador... O único meio de sobrevivência que o pescador artesanal tem, estão metendo a mão... Nós vamos acabar catando lixo. Para você conseguir receber o defeso é uma burocracia danada! Não é fácil, não! É uma luta!

No ápice da expansão metropolitana, no qual a baía de Guanabara se insere, cujos processos desenvolvimentistas cobram preços altos, com o suplício ambiental, diminuindo a biodiversidade, percebemos a constante presença dos pescadores artesanais entre embarcações *offshore*, estaleiros, desmatamentos, polos petroquímicos e inúmeros poluentes. São pescadores artesanais dispostos a se dedicarem à causa ambiental, ao direito ao trabalho e à vida como pescador nas águas conturbadas da baía de Guanabara.

Resultados e Conclusões

O objetivo deste artigo foi investigar os casos de violência no trabalho do pescador artesanal, explorando a configuração das injustiças ambientais na baía de Guanabara. Procuramos caracterizar os conflitos e os casos de violência envolvendo pescadores, identificando os sujeitos, tempos e espaços.

Os pescadores artesanais são considerados povos tradicionais por deterem conhecimentos herdados por várias gerações. São possuidores do saber e do saber fazer através do manuseio e domínio das técnicas de caça e preparo do alimento, indo desde a pesca com petrechos elucubrados à coleta rústica nos manguezais. São sabedores das artimanhas para o manejo de ervas que curam, das tradições crenças que carregam consigo por gerações e que, devido às graves transformações sociais, estão se perdendo. Observa-se que a degradação da Baía de Guanabara é sentida por quem mais necessita do ambiente, caracterizando um cenário de intensa injustiça ambiental, que se manifesta na forma como as comunidades pesqueiras e a população de entorno é tratada, ou seja, sem saneamento básico, sem infraestrutura e sem políticas de proteção social e ambiental.

Percebemos que dentre as características sociais dos pescadores, não há a acumulação de valores econômicos, pois os mesmos capturam e vendem o pescado apenas para subsistência familiar. Na maioria dos casos a renda mensal é insuficiente para viver com dignidade. Muitos reclamaram do

processo burocrático que dificulta a aposentadoria. Há também aqueles que mesmo depois da aposentadoria, buscam na pesca uma forma de complementação para a renda familiar.

Notamos que os pescadores artesanais entrevistados possuem baixa escolaridade, o que muitas vezes dificulta o trato com órgãos públicos e a reivindicação dos seus direitos. O fato se agrava devido ao preconceito por parte do Estado, que impões regras complicadas e excesso de burocracia quando esses trabalhadores vão solicitar seus direitos trabalhistas. Os pescadores entrevistados atribuem sua baixa escolaridade à necessidade de trabalhar para o sustento da família.

É oportuno registrar ainda a relevância de pesquisas que proponham alternativas para os problemas conflituosos entre os pescadores artesanais, a Marinha do Brasil e a indústria de petróleo e petroquímica. Pouco tem sido feito, sob o ponto de vista político, para que o cenário de injustiças ambientais contra as comunidades de pescadores artesanais seja revertido, pelo contrário, percebemos que a implementação das políticas públicas para a região da baía de Guanabara está distante das propostas constitucionais para consolidar o acesso às condições de trabalho digno, respeitando o direito fundamental acima dos interesses de ordem econômica.

Quanto aos casos de violência que registramos ao longo do estudo, estes revelam que sua gênese está fortemente relacionada ao avanço das atividades econômicas sobre os locais de pesca artesanal. Ocorre uma desterritorialização quando esses trabalhadores são forçados a alterar suas práticas cotidianas em virtude dos interesses do Estado e do capital, especialmente aos interesses da indústria do petróleo e petroquímica. Notamos a existência de uma multiterritorialidade, de configuração complexa, onde estão inseridos os pescadores artesanais, a Marinha do Brasil, as indústrias e demais organizações e indivíduos que atuam na baía de Guanabara, tanto no entorno como no espelho d'água, cujas relações são marcadas por conflitos, que muitas vezes resultam em danos à vida e até mesmo à morte física do pescador artesanal.

Defendemos a tese de que os pescadores artesanais da baía de Guanabara sofrem uma violência bioétnica, cujas consequências vão desde a

aniquilação dos ecossistemas até o epistemicídio dos grupos tradicionais, incluindo diversas formas de aniquilação cultural, laboral e existencial desses homens e mulheres. Segundo o estudo, a peculiaridade das relações entre os pescadores artesanais e o processo de metropolização é o que subjaz a violência bioétnica na baía de Guanabara, seja pela poluição das águas, desaparecimento do pescado, modificações de hábitos, agressões, assassinatos, invisibilidade social e todas as formas de aniquilação empreendidas contra o pescador e seu território.

O conceito de violência bioétnica que ora propomos pode ser aplicado a outras situações, como o desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015, quando houve o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco Mineração S/A¹³. Este é considerado o maior desastre ambiental do país, pois o material que vazou da barragem chegou ao mar, poluindo o Rio Doce, impactando boa parte do estado de Minas Gerais, Espírito Santo e chegando até a Bahia. O acidente ainda comprometeu o abastecimento de água potável para diversas regiões, onde aconteceu o transbordo das substâncias.

Faz-se necessário que o Estado assuma suas responsabilidades junto aos pescadores artesanais. Destacamos como propostas: 1) a desburocratização para que os pescadores possam ter acesso aos benefícios regulamentados por lei, como é o caso dos auxílios defeso, doença e licença maternidade/paternidade; 2) a criação e regulamentação de cooperativas de pesca, evitando que o pescador artesanal tenha que lidar com os atravessadores, o que aumentaria as margens de lucros desses profissionais; 3) aumento da fiscalização das embarcações de pesca predatória, que atuam dentro dos limites marinhos da baía de Guanabara, com base nas Leis número 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional de Meio Ambiente), a Política Nacional da Biodiversidade, o decreto número 2.519, de 16 de março de 1998, que fala sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Lei 9605/98, que versa sobre crimes ambientais.

¹³ Jornal o Globo. Maior desastre ambiental do Brasil, Tragédia de Mariana deixou 19 mortos Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/maior-desastre-ambiental-do-brasil-tragedia-de-mariana-deixou-19-mortos-20208009> Acesso em 05 nov. 2018.

Sendo assim, as situações de violência, as quais trazem riscos e impedimentos à vida dos pescadores artesanais, devem ser confrontadas através de interseções de luta e resistência para a legitimação desses homens e mulheres que buscam o seu reconhecimento social na região da baía de Guanabara.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, H (org.) **A duração das cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AMADOR, E. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Edição do autor. 1997.

BAILEY, K. D. 1982. **Methods of Social Research**. New York: The Free Press.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. 2011. Educação Ambiental Comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. 27: 46-60.

BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology-Qualitative and Quantitative Approaches**. 2a ed. United States of America: Altamira Press, 1995.

BRASIL. **Lei 11.959 de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. 2009b.

BRASIL. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Diário Oficial da União, Brasília, 25 nov. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/T3SAL5> Acesso em 18 set. 2018.

CALDEIRA, T. P. R. 2000. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**, trad. Franklin de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: editora 34, EDUSP.

COELHO, V. **Baía de Guanabara: Uma história de agressão ambiental**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 278 p.

FIGUEIREDO, M. M. A. **Trabalho e participação político-social das pescadoras na RESEX Canavieiras – BA**. 116p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

MENICONI, M. F. G. **Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos no meio ambiente: diferenciação de fontes em sedimentos e metabólitos em bile de peixes**. Tese (Doutorado em Química). Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MONTEIRO, V. D. P. **Paisagem e memória: o manguezal do Jequiá na construção da memória de uma colônia de pescadores na Ilha do Governador**. 2005. 223 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

QUARESMA, V. S.; DIAS, G. T. M.; BAPTISTA NETO, J. A. 2000. Caracterização da Ocorrência de Padrões de Sonar de Varredura Lateral de Sísmica de Alta Frequência (3,5 e 7,0 kHz) na Porção Sul da Baía de Guanabara – RJ. **Brazilian Journal of Geophysics**. Vol. 18(2). p. 201 – 214.

RIGOTTO, R.; ZHOURI, A. **Mineração, violências e resistências um campo aberto à produção de conhecimento no brasil**. ZHOURI, A. (Org.). Editorial iGuana, ABA, 2018. 711 kb; e-PUB. 1a Edição. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolenciaresistencia1.pdf. Acesso em 19 abr. 2018.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, supl. 1, junho 2010, p.1543-1552.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O.; BRANQUINHO, F. T. B. Baía de Guanabara: A Degradação e o Trabalho dos Pescadores Artesanais. (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão dos Recursos e Sustentabilidades. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 408-414. ISBN 978-85-63800-17-6.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios Brasileiros - 2008**. Brasília, 2008.